

Dito



Jorge de Brito Pereira
Sócio da PLMJ

Restrições criam problemas

Como é que a PLMJ vê as restrições da OAA?

Acho que é um problema que OAA vai ter que encarar. Não creio que afecte em especial as sociedades portuguesas de média e grande dimensão, porque estas têm relações de parceria em cumprimento com as regras da OAA. Outra situação diferente é a profusão de advogados estrangeiros em Angola que, como se diz em Luanda, fazem advocacia de lobby de hotel. A OAA vai ter duas opções: ou regula ou então vai continuar a assumir uma proibição estrita, uma lógica de mercado fechado, fazendo com que não tenha qualquer poder disciplinar sobre estes advogados e o problema se vá avolumando ao longo dos tempos.

Esses advogados de 'lobby' de hotel exercem advocacia legitimamente?

Exactamente. Em todos os países há um grau elevado de solicitação ilícita. Em Angola o problema tem contornos especiais, porque há um crescimento económico exponencial, um número de advogados inscritos na OAA muito reduzido e portanto há mercado. Moçambique é um excelente exemplo que Angola devia seguir. Os limites da actuação ficam perfeitamente definidos e a ilicitude é combatida directamente.

Tendo em conta a vossa relação próxima com o bastonário angolano, não o sensibilizam para essa questão?

Temos conversado muito sobre isso. Há, como em tantas situações acontece, uma tentativa corporativa de defesa do mercado. No entanto, quando se faz isso de uma forma tão fechada, é o próprio objectivo pretendido que acaba por ficar prejudicado. E é essa a minha leitura.

Acha que vai haver alguma evolução?

Acho que só pode mudar. É um caminho que inevitavelmente tem que conduzir a uma solução de abertura moderada e regulamentação. Não creio que, mesmo no médio e longo prazo, seja um problema que afecte as grandes sociedades de advogados portugueses com relação em Angola, porque, por um lado, dificilmente terão interesse em instalar-se directamente em Angola, uma vez que são mercados muito especiais com contornos muito próprios e, por outro lado, a lógica das parcerias tem funcionado bem.

PLMJ reforça aposta em Angola com nova parceria

Política de internacionalização além-fronteiras passará sempre por regime de parcerias.

Márcia Gaião

mgalrao@economicasgps.com

A PLMJ assinou uma segunda parceria em Angola. Desta vez o escritório escolhido foi o de Manuel Gonçalves, o primeiro bastonário da Ordem de Advogados de Angola (OAA), com quem a sociedade portuguesa mantém desde há alguns anos "relações próximas", explica ao DE Jorge Brito Pereira, sócio da PLMJ. Depois da parceria com o escritório do actual bastonário angolano, Raul Araújo, em Fevereiro passado, a sociedade portuguesa avança para esta nova parceria "que irá funcionar em simultâneo, dependendo das necessidades dos nossos clientes", conta. As diferentes especificidades dos dois parceiros permite uma maior abrangência de matérias da PLMJ em Angola, sendo que a sociedade de Manuel Gonçalves tem prática em direito societário, bancário, da construção e turismo, enquanto a de Raul Araújo está vocacionada para o investimento estrangeiro. Jorge Brito Pereira sublinha mesmo que em caso de interesse do cliente "podemos trabalhar com os dois no mesmo processo".

As parcerias funcionam num sistema de visitas regulares de acompanhamento, fundamentalmente de matérias de gestão, numa base trimestral. O tratamento a clientes vai funcionar "estando cada um no seu escritório, numa lógica de colaboração que hoje é



Barrocas Lda

Jorge Brito Pereira diz que as duas parcerias vão funcionar em simultâneo.

mais fácil", esclarece o sócio, acrescentando que "sempre que for necessário um advogado nosso deslocar-se-á a Angola para acompanhar clientes, da mesma maneira que do escritório do Dr. Manuel Gonçalves poderá vir alguém para acompanhar clientes angolanos".

Jorge Brito Pereira adianta ao

DE que as áreas em que a PLMJ tem assessorado juridicamente os seus clientes que estão em processo de investimento em Angola são sobretudo o direito bancário, o turismo e o imobiliário. E acrescenta com satisfação, que a sociedade tem uma vertente industrial importante e "começa a

Nova parceria irá funcionar em simultâneo com a parceria com o escritório de Raúl Araújo, "dependendo das necessidades dos nossos clientes", conta Jorge Brito Pereira.

"Parcerias funcionam num sistema de visitas regulares de acompanhamento, fundamentalmente de matérias de gestão"

PLMJ tem assessorado clientes no sector bancário, turístico, imobiliário e também petrolífero.

* com F.A.S

Advogar em Angola: como as sociedades portuguesas "contornam" restrições

Três escritórios com relações formais em Luanda

São três as sociedades de advogados portuguesas com parcerias formais com escritórios de Angola. Para além da PLMJ, contam-se também a Miranda, Correia, Amendoeira & Associados e a Barrocas, Sarmiento, Neves & Associados. As sociedades portuguesas aceitam assim os critérios exigidos pela OAA (ver texto ao lado) e trabalham com o mercado angolano através de parcerias.

A MCA recorre sempre que há uma solicitação de um cliente relativa a assuntos que envolvam direito angolano aos serviços do escritório angolano membro da Miranda Alliance - o escritório Fátima Freitas Advogados. De acordo com Rui Amendoeira, sócio da MCA, "devido à sua larga experiência nos mais variados ramos do direito, o escritório de Fátima Freitas consegue assessorar-nos nas mais variadas solicitações dos nossos clientes". A BSN formalizou uma relação antiga de colaboração com o escritório em Angola de Rui Ferreira, vice-reitor da Faculdade de Direito de Lisboa, com quem trabalha sobretudo em negócios no sector do petróleo e das infraestruturas, como explicou ao DE Jorge Santiago Neves, sócio da BSN. A MCA assessora sobretudo clientes que exercem actividade nos sectores petrolífero, mineiro e bancário, mas como acrescenta Rui Amendoeira "temos recebido solicitações de clientes para outros sectores como, por exemplo, o da construção civil e obras públicas". **M.G.**

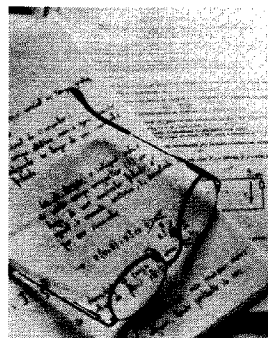
Barrocas presta assessoria em negócios no sector do petróleo e das infraestruturas.

Miranda trabalha com clientes que exercem actividade nos sectores petrolífero, mineiro e bancário.

Critérios são mais restritos na Ordem de Advogados angolana

Exercer advocacia em Angola é algo que se torna muito difícil para qualquer advogado estrangeiro. A Ordem local exige a todos os advogados que queiram exercer em território angolano que frequentem o seu estágio para assim poderem ser inscritos. O processo de inscrição na OAA acaba por se tornar demasiado complicado e segundo adiantou ao DE fonte da OAA há uns meses "todos os advogados portugueses acabam por preferir colaborar com advogados de cá, para não terem que passar por mais um estágio". O critério definido para abertura do seu sistema jurídico de Angola a sociedades estrangeiras foi o regime de parcerias com escritórios locais em cumprimento estrito das regras deontológicas da OAA, critério que tem vindo a ser adoptado pelos escritórios portugueses que pretendem trabalhar com o mercado angolano.

Para a PLMJ esta é uma medida que não afecta as relações da sociedade com Angola, uma vez que, como adianta Jorge Brito Pereira "sempre que saímos das nossas fronteiras fazemo-lo em regime de parceria, que foi o conceito que definimos para a nossa internacionalização". Jorge Santiago Neves acredita, no entanto, que tendo em conta o potencial da economia angolana, o país "devia ser mais aberto à iniciativa estrangeira". **M.G.**



ID: 10510190	Diário Económico	Tiragem: 23931	Página: 32	-
Data: 20-04-2005		Pais: Portugal	Cores: Preto e Branco	
		Âmbito: Especializado	Área: 8,84X2,78 cm2	
		Perid.: Diária	Corte: 2 de 2	

PLMJ assina segunda parceria em Angola

Depois da formalização da parceria com o escritório de Raul Araujo, actual bastonário da Ordem de Angola, a PLMJ assina agora parceria com a sociedade de Manuel Gonçalves. As restrições da Ordem angolana não constituem problema para a sociedade, mas segundo o sócio Jorge de Brito Pereira prejudicam o mercado.